

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Município de Tapejara - RS

Secretaria Municipal de Educação.

Necessidade da Administração: Abertura de processo de concorrência para contratação de empresa especializada na execução de PPCI (programa de prevenção contra incêndio) na **Creche Municipal Gema Canali Sebben, EMEF Fernando Borba, EMEF Giocondo Canali, Creche Helena Andreazza Sitta, EMEF Marieli Andreola, EMEF São Paulo e EMEF Severino Dalzotto.**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em construção civil, por meio de Processo de Concorrência, nos termos da legislação vigente, com vistas à execução da obra de de PPCI (programa de prevenção contra incêndio) na **Creche Municipal Gema Canali Sebben, EMEF Fernando Borba, EMEF Giocondo Canali, Creche Helena Andreazza Sitta, EMEF Marieli Andreola, EMEF São Paulo e EMEF Severino Dalzotto**, em Tapejara/RS, conforme projetos, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilhas orçamentárias e demais especificações técnicas fornecidas pela Administração.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Do ponto de vista técnico e normativo, o PPCI tem como finalidade identificar, planejar e implementar medidas de prevenção, controle e combate a incêndios, além de definir rotas de fuga, saídas de emergência, sinalização de segurança, iluminação de emergência, extintores, hidrantes, sistemas de alarme e demais dispositivos necessários à proteção da vida e do patrimônio público.

Escolas e creches abrigam diariamente um grande número de crianças, muitas delas em idade pré-escolar, além de professores e funcionários. Este público possui mobilidade reduzida e menor capacidade de reação em situações de emergência, o que exige um ambiente planejado e seguro, com sistemas de prevenção e rotas de evacuação adequadas.

O PPCI é requisito indispensável para o funcionamento regular de edificações públicas, conforme exigido pelo Corpo de Bombeiros Militar do RS (CBMRS). Sua execução assegura que as unidades escolares estejam em conformidade com as normas de segurança contra incêndio (NBRs aplicáveis e Instruções Técnicas do CBMRS). A ausência de PPCI aprovado e executado implica responsabilidade civil, administrativa e criminal para o ente público e seus gestores, podendo resultar em interdição das edificações e suspensão de atividades escolares pelo Corpo de Bombeiros.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES

3.1 Nos termos e condições constantes no presente Termo de Referência demonstra-se a necessidade de contratação de empresa especializada em construção de PPCI

(programa de prevenção contra incêndio) na Creche Municipal Gema Canali Sebben, EMEF Fernando Borba, EMEF Giocondo Canali, Creche Helena Andreazza Sitta, EMEF Marieli Andreola, EMEF São Paulo e EMEF Severino Dalzotto por Processo de Concorrência, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

3.2. As especificações e quantitativos dos itens solicitados seguem **em anexo** neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O local do serviço será em Tapejara/RS.

4.2. O **prazo de prestação de serviços será de até 120 (cento e vinte) dias** a contar da data da emissão do instrumento contratual – Nota de empenho e Autorização do Fornecimento.

4.3. A prestação de serviço será fiscalizada pelo servidor Marcio Henkes (CPF 944.558.050-87).

4.4. O período de **vigência deste contrato será de 180 (cento e oitenta) dias**.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos serviços nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observando as especificações;

5.2. Acatar as decisões e observações feitas pelo fiscal e ou coordenador;

5.3. Fornecer o serviço no prazo estabelecido;

5.4. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço;

5.5. Comunicar imediatamente, se for o caso, à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas providências;

5.6. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais e/ou materiais decorrentes do fornecimento do serviço, seja por fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados;

5.7. Deverá se responsabilizar por todos os ônus decorrentes ao transporte e outros que venham incidir no serviço;

5.8. Assumir a responsabilidade quanto à qualidade do serviço prestado, providenciando a imediata correção da irregularidade;

5.9. Não se opor ao acompanhamento, fiscalização e prestar esclarecimento quando requisitado;

5.10. Emitir relatórios técnicos mensais e/ou por período definido, com descrição das atividades realizada;

5.11. Atender, de imediato, as solicitações relativas a substituições, reposições ou troca do material que não atendam as especificações técnicas;

5.12. Durante toda execução da obra, o canteiro e os locais onde os serviços estarão sendo executados deverão ser mantidos limpos e organizados visando minimizar os impactos ao funcionamento da unidade.

5.13. Disponibilizar mão de obra qualificada e em número suficiente para o cumprimento do cronograma e fornecer, operar e manter os equipamentos e ferramentas necessários à execução da obra.

5.14. Garantir a obra por um período mínimo de 5 (cinco) anos após a conclusão, conforme previsto no Código Civil, responsabilizando-se por eventuais defeitos ou vícios construtivos e realizar, sem ônus adicional, todos os reparos necessários durante o prazo de garantia.

5.15. Entregar a obra totalmente concluída, limpa, com retirada de entulhos e resíduos, pronta para uso e com todos os sistemas testados e em pleno funcionamento.

5.16 Fornecer a ART/RRT de responsabilidade pela execução da obra.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A contratante fiscalizará a entrega através do funcionário nomeado pela Secretaria Municipal de Educação, que acompanhará e ou registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, onde será encaminhada à empresa, objetivando a devida correção;

6.2 Efetuar o pagamento à empresa, de acordo com a forma e prazo estabelecidos, referente ao objeto fornecido;

6.3. Prestar informações à empresa quando requisitadas referente ao objeto e serviços;

6.4. Emitir Ordem de Compra e/ou Empenho autorizando a entrega do objeto e/ou serviços;

6.5. Aplicar se necessário, as penalidades previstas em contrato se forem o caso;

6.6 Designar Fiscal para contrato se for o caso, onde ficará responsável pela fiscalização;

6.7. Tendo divergência qualitativa ou quantitativa dos serviços, conforme Ordem de Compra deverá efetuar comunicação imediata à empresa;

6.8. Acompanhar e fiscalizar o perfeito fornecimento e/ou serviço, através do responsável por atestar a Nota Fiscal.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será de acordo com a forma estabelecida pela contratante.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

8.1. A fiscalização da contratação se for o caso, será exercida pelo fiscal do contrato, o qual competirá sanar dúvidas que surgirem na execução da entrega/contrato, e dará parecer a Administração.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Estima-se para a contratação almejada o valor total de **505.966,93(quinhetos e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais com noventa e três centavos).**

9.2 Orçamento **em anexo.**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os recursos necessários ao pagamento das despesas referente à contratação serão por conta das dotações orçamentárias: **Em anexo.**

Tapejara, fevereiro de 2026

Jaqueline Palma
Secretária de Educação
Secretaria Municipal de Educação